

**Nº 15 - Reunião Ordinária da  
Câmara Municipal de Chaves  
Realizada no dia 17 de Julho  
de 2008. -----**

Aos dezassete dias do mês de Julho do ano dois mil e oito, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Vice-Presidente da Câmara, Sr. Arqt. António Cândido Monteiro Cabeleira, e com as presenças dos Vereadores, Sra. Dra. Maria Aline da Silva Ferreira Caetano, Sr. Dr. Luís Manuel Areias Fontes, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sr. Eng. Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues e Sra. Dr.ª Maria de Lurdes Rogado Leitão Duarte Almeida Campos, e comigo, Paulo Jorge Ferreira da Silva, Assistente Administrativo Principal. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas e trinta minutos, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de catorze de Julho do corrente ano. -----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

**I - DESIGNAÇÃO DO SECRETÁRIO DA REUNIÃO DE CÂMARA. -----**

Foi designado secretário da reunião o Assistente Administrativo Principal, Paulo Jorge Ferreira da Silva, na ausência do Director de Departamento de Administração Geral, Dr. Marcelo Caetano Martins Delgado. -----

**II - AUSÊNCIA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO GONÇALVES MARTINS BATISTA. -----**

O Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, não esteve presente na reunião ordinária do Executivo Camarário, em virtude de se encontrar em representação do Município, em Mirandela, numa reunião de trabalho relativa à Contratualização de Fundos Comunitários. -----

A presente reunião foi presidida pelo Vice-presidente da Câmara, Sr. Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira. -----

**III - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE ASSUNTOS NÃO INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA, AO ABRIGO DO ARTIGO 83º, DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, E ULTERIORES ALTERAÇÕES. -----**

O Vice-Presidente da Câmara, Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, propõe ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, e nos termos do regimento em vigor, reconheça a urgência de deliberação sobre o assunto abaixo indicado: -----

**1. CONCURSO PÚBLICO PARA A ELABORAÇÃO DO PROJECTO DO PAVILHÃO DESPORTIVO DE CHAVES (SANTA CRUZ/TRINDADE) E ZONA ENVOLVENTE - INFORMAÇÃO DA DOTPU, DO ARQ. PAULO ROXO, DE 17.07.08.-----**

A Câmara Municipal deliberou, com os votos contra dos Vereadores do Partido Socialista, Dr.<sup>a</sup> Maria Aline da Silva Ferreira Caetano, Dr. Luis Manuel Areias Fontes e Eng. Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues, não aceitar a introdução da referida informação. -----  
Mais deliberou agendar a referida informação para a próxima Reunião do Executivo Municipal. -----

#### **IV - INTERVENÇÃO DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA. -----**

Os Vereadores do Partido Socialista deram conhecimento ao Executivo Camarário que iriam apresentar uma proposta em sede de próxima reunião do executivo, relativamente à atribuição do nome, do Dr. Mário Carneiro, ao Balneário Termal. -----  
-----

### **I**

#### **ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:**

##### **1. ACTAS:**

1.1. Aprovação da acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 03 de Julho de 2008. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida acta. -----

##### **2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA**

##### **3. FREGUESIAS**

### **II**

#### **DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE SERVIÇOS JURÍDICOS:**

**1. ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL DENOMINADO "E.LECLERC - CHAVESIDIS, SOCIEDADE DE DISTRIBUIÇÃO, S.A". - ABERTURA AO PÚBLICO AOS DOMINGOS E FERIADOS - MANHÃ E TARDE - NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01 DE JULHO E 31 DE AGOSTO. - DECISÃO DEFINITIVA -. INFORMAÇÃO/ PARECER N.º48/DASJ/2008.-----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

#### **I - Enquadramento -----**

1. Na sequência da deliberação tomada pelo Executivo Municipal, em sua reunião ordinária realizada no pretérito dia 2008-06-16, a qual recaiu sobre a Informação/Parecer n.º. 38/DASJ/08, de 04 de Junho de 2008, veio aquele órgão municipal manifestar a intenção de indeferir a pretensão formulada, de acordo com as razões de facto e de direito expostas no referido parecer. -----

2. Neste contexto, foi concedido à interessada o prazo de 10 dias úteis para vir ao processo, por escrito, dizer o que se lhe oferecer

sobre o assunto, nos termos do disposto no art. 100º e ss do Código do Procedimento Administrativo. -----

**3.** Em sede de audiência prévia dos interessados, e decorrido o prazo supra mencionado, a requerente, não apresentou qualquer observação ou sugestão, na tentativa legítima de inverter o sentido de decisão entretanto manifestada pelo órgão executivo municipal. --

**4.** Assim, deverá tal sentido de decisão tornar-se, agora, definitiva. -----

## **II - Proposta -----**

Em coerência com as razões acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adopção da seguinte estratégia procedimental: -----

**a)** Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à **tomada de decisão definitiva** consubstanciada no indeferimento da pretensão formulada pela requerente, no que concerne ao alargamento do horário de funcionamento do estabelecimento comercial em causa, de acordo com as razões de facto e de direito exaradas na Informação/Parecer nº38/2008, produzida por estes Serviços, em 04 de Junho de 2008; ---

**b)** Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art. 68º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação, remetendo-se, para o efeito, o presente processo à Secção de Taxas e Licenças; -----

**c)** De imediato, reenvio do presente processo ao gabinete do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Batista. -----

É tudo o que tenho a informar sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 07 de Julho de 2008 -----

A Chefe de Divisão, -----

(Dra. Sandra Lisboa) -----

**Em anexo:** O respectivo processo administrativo. -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2008.07.08.** -----

Visto. Concorro com a estratégia procedimental sugerida na presente informação, a qual merece o meu inteiro acolhimento. -----

À consideração do Sr. Presidente, Dr. João Batista -----

**DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2008.07.09.** -----

Visto. Concorro à próxima Reunião de Câmara para deliberação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## **2. AQUISIÇÃO DE FOGO SITO NO N.º 3, DO BAIRRO DA QUINTELA, ZONA DOS FORTES - DECISÃO DEFINITIVA - JOÃO RIBEIRO AFONSO. INFORMAÇÃO/PARECER N.º51/DASJ/2008.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

### **I - Enquadramento -----**

**1.** Na sequência da deliberação tomada pelo Executivo Municipal, em sua reunião ordinária realizada no pretérito dia 2008/06/05, a qual recaiu sobre a Informação nº. 28/DASJ/2008, de 20 de Maio de 2008, veio aquele órgão municipal manifestar a intenção de indeferir a pretensão formulada - pedido de aquisição de fogo sito no n.º 3, do bairro da quintela, zona dos Fortes, Chaves - pelo requerente, João

Ribeiro Afonso, de acordo com as razões de facto e de direito expostas no referido parecer. -----

2. Neste contexto, foi concedido ao interessado o prazo de 10 dias úteis para vir ao processo, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto, nos termos do disposto no art. 100º e ss do Código do Procedimento Administrativo. -----

3. O requerente, dentro do prazo determinado, apresentou, através de documento com registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia n.º 8710, do dia 18/06/2008, um conjunto de argumentos na tentativa legítima de inverter o sentido de decisão entretanto manifestado pelo órgão executivo municipal. -----

4. Aqui chegados, cumpre, agora, analisar os argumentos apresentados pelo interessado, em sede de audiência prévia dos interessados, e que a seguir se transcrevem: -----

a. "A minha mãe, Teresa de Jesus Ribeiro, nunca abandonou a sua residência, apenas se transferiu para a minha habitação devido ao seu estado de saúde, indo periodicamente a Chaves, acompanhada da minha filha, Ana Sofia de Moura Ribeiro Afonso, onde passava 3 a 4 dias, sendo sua pretensão regressar definitivamente logo que o seu estado de saúde assim o permitisse". -----

b. "Mais informo que foram realizadas obras quer de conservação quer de beneficiação cujo custo foi suportado integralmente por mim, uma vez que como já referi na comunicação anterior a arrendatária não tinha condições económicas." -----

c. "Assim, solicito a V. Exª que seja vistoriada a habitação a fim de me ser restituída a quantia dispendida nas obras já mencionadas, caso não me seja permitido a aquisição da mesma, no entanto cumpre-me informar de que não estou de acordo com o teor da informação prestada por esses serviços, dado que a habitação apenas se encontrava desabitada por pequenos períodos de tempo." -----

d. "(...) embora não habitando diariamente a casa, me sinto com direito á mesma pelo facto de periodicamente quer eu, quer os meus descendentes e, no decurso da doença da minha mãe, a acompanha-mos nos seus períodos de repouso na sua residência." -----

## **II - Da análise das observações formuladas** -----

1. De acordo com os elementos e informações prestadas pela Divisão de Acção Social, bem como do teor do requerimento apresentado por João Ribeiro Afonso, no dia 24/04/2008, e fazendo exclusivamente fé neles, a arrendatária do imóvel em causa, encontra-se, por motivos de saúde, a viver com o seu filho e ora requerente, João Ribeiro Afonso, em Montalegre. -----

2. Aliás, resulta claro dos elementos acima referidos, que João Ribeiro Afonso reside, permanentemente, em Montalegre. -----

3. Nestes termos, julgamos, salvo melhor opinião, que o facto do interessado acompanhar a arrendatária durante os seus "períodos de repouso", não o legitima a adquirir o fogo em causa. -----

4. Tanto mais que o requerente não define o que entende por períodos de repouso, nem qual a duração dos mesmos. -----

5. Alega, ainda, o requerente, que a sua filha, Ana Sofia de Moura Ribeiro Afonso, acompanhava Teresa de Jesus Ribeiro para o fogo arrendado, onde passava 3 a 4 dias. -----

6. Ora, salvo o devido respeito, ainda que tal facto pudesse consubstanciar uma situação de coabitação, o que não perfilhamos, o mesmo legitimaria, apenas, Ana Sofia de Moura Ribeiro Afonso a adquirir o fogo em causa, e não o ora interessado. -----

7. De facto, e reiterando os argumentos tecidos na Informação n.º 28/2008, do dia 20 de Maio de 2008, o ora requerente não preenche o requisito indispensável para poder adquirir o fogo em causa, ou seja, coabitar com a arrendatária há mais de um ano, no fogo sito no n.º 3, do Bairro da zona dos Fortes Quintela, Chaves. -----

8. Quanto à questão relativa à eventual realização de obras de conservação ou de beneficiação no imóvel locado, a análise da mesma fica, desde logo, condicionada a ulterior parecer da unidade orgânica responsável por assuntos dessa natureza - DGT -. -----

9. De facto, o enquadramento legal do pedido formulado pelo interessado, muito concretamente, o reembolso das quantias dispendidas com a eventual realização de obras no imóvel, depende, em primeiro lugar, da qualificação da natureza das obras realizadas.

10. Sendo certo que, para além de tal classificação, assume particular importância, em tal matéria, o disposto na cláusula VI do contrato de arrendamento celebrado com Teresa de Jesus Ribeiro, no dia 12 de Março de 1984, e que determina, expressamente, o seguinte: "O inquilino não poderá efectuar na habitação quaisquer obras nem, de qualquer forma, alterar as suas características sem consentimento escrito do senhorio". -----

11. Por último, importa, desde já, salientar que para ser reembolsado, o interessado terá sempre de fazer prova que foi ele quem realizou/suportou as obras em causa. -----

### **III - Proposta** -----

Em coerência com as razões acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adopção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à **tomada de decisão definitiva**, substantivada no indeferimento da pretensão formulada pelo requerente, na medida em que o mesmo não reúne os requisitos legalmente exigidos para a aquisição do fogo sito no n.º 3, do Bairro da zona dos Fortes Quintela, Chaves, muito concretamente, a exigência de coabitar com a arrendatária, Teresa de Jesus Ribeiro, no fogo em causa, há mais de um ano; -----

b) Alcançado tal desiderato, deverá o interessado ser notificado, nos termos do art. 68º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

c) Quanto à eventual realização de obras de conservação ou de beneficiação no imóvel locado, a análise da mesma fica condicionada a ulterior parecer da unidade orgânica responsável por assuntos dessa natureza, ou seja, Divisão de Gestão Territorial; -----

d) De imediato, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete da Vereadora responsável pela respectiva área de intervenção municipal, Dr. Maria de Lurdes Campos. -----

É tudo o que tenho a informar sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 7 de Julho de 2008 -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

**Em anexo:** O respectivo processo administrativo -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE SERVIÇOS JURÍDICOS, DRA. SANDRA LISBOA DELGADO, DE 2008.07.14.** -----

Visto. Concorro com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento as normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

À consideração superior -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2008.07.14** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À consideração superior -----

**DESPACHO DA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, DRA. MARIA DE LURDES CAMPOS DE 2008.07.14.** --

À Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### III

#### EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

**1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS. INFORMAÇÃO DA DSC. PARA CONHECIMENTO.** ----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º1. --

-----  
**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

### IV

#### PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

### V

#### ACÇÃO SOCIAL:

**1. ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO A MARIA TERESA FORNOS FERREIRA. INFORMAÇÃO N.º 262/DAS/2008 DE 2008.07.14.** -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais, e que se anexa a presente acta sob o número 2. -----

**DESPACHO DO SR. DIRECTOR DE DEPARTAMENTO SÓCIO - CULTURAL DR. ANTÓNIO RAMOS DE 2008.07.14.** -----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração da senhora Vereadora, Drª Maria de Lurdes Campos. -----

**DESPACHO DA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, DRA. MARIA DE LURDES CAMPOS DE 2008.07.14.** --

À Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### VI

#### PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

**1- PLANEAMENTO**

**2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO**

**3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE EDIFICAÇÃO**

**3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, DR. JOÃO BATISTA. -----**

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º3. --  
-----

**A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----**

**3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR, EM REGIME DE TEMPO INTEIRO, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ARQT. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS. -----**

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º4. --  
-----

**A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----**

**3.3. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, ENG. CONCEIÇÃO MARTINS, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS. -----**

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º5. --  
-----

**A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----**

**3.4. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO CHEFE DE DIVISÃO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO, ARQ. ANTÓNIO MALHEIRO, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS. -----**

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º6. --  
-----

**A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----**

**VII**

**OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:**

**1- URBANIZAÇÃO**

**1.1. REABILITAÇÃO DA MURALHA DO BALUARTE DO CAVALEIRO - PLATAFORMA SUPERIOR - ARRANJOS EXTERIORES E REMODELAÇÃO DA ILHA DO CAVALEIRO - 1ª FASE. - AUTO DE MEDIÇÃO Nº03/DE/2008. -----**

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº03/DE/2008, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Arménio de Sousa Gonçalves, no valor de 43.813,00 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T. F. CARNEIRO, DE 09/07/2008. - Visto. -----**

**DESPACHO DO VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 14.07.08. -----**

A Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de € 43.813,00 (quarenta e três mil, oitocentos e treze euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

**1.2. MERCADO DO GADO DE CHAVES E ARRANJOS EXTERIORES. - AUTO DE MEDIÇÃO Nº06/DE/2008. -----**

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº06/DE/2008, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, José Moreira & Filhos, Lda, no valor de 54.059,95 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T. F. CARNEIRO, DE 14/07/2008. - Visto. -----**

**DESPACHO DO VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 14.07.08. -----**

A Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de € 54.059,95 (cinquenta e quatro mil, e cinquenta e nove euros e noventa e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -

**1.3. PONTE PEDONAL EM CHAVES. - AUTO DE MEDIÇÃO Nº04/DE/2008. -----**

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº04/DE/2008, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Arlindo Correia & Filhos, S.A, no valor de 46.707,00 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T. F. CARNEIRO, DE 14/07/2008. - Visto. -----**

**DESPACHO DO VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 14.07.08. -----**

A Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de € 46.707,00 (quarenta e seis mil, setecentos e sete euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----



**1.4. REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DE ANELHE E SOUTO VELHO - CONCLUSÃO DOS TRABALHOS. - AUTO DE MEDIÇÃO Nº07/DE/2008. -----**

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº07/DE/2008, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Sincof, Sociedade Ind.de Const.Flaviense,Lda, no valor de 14.303,36 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T. F. CARNEIRO, DE 14/07/2008. -**

Visto. -----

**DESPACHO DO VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 14.07.08. -----**

A Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de € 14.303,36 (Catorze mil, trezentos e três euros e trinta e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

**1.5. REABILITAÇÃO DO LOTEAMENTO INDUSTRIAL DA COCANHA. PROCEDIMENTO CONCURSAL TENDENTE À ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA. -----**

Foi presente a informação nº166/DE/2008, da Chefe de Divisão, Engª Amélia Rodrigues, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra para todos os efeitos legais. -----

Para conhecimento e respectiva aprovação, e de acordo com o solicitado superiormente, apresenta-se em anexo o projecto de execução da obra de "Reabilitação do Loteamento Industrial da Cocanha", com o objectivo de se dar início ao procedimento concursal tendente à sua adjudicação. -----

O presente projecto contempla a repavimentação em tapete betuminoso dos arruamentos que fazem parte do Parque Industrial da Cocanha. ---

O valor base do orçamento deste projecto está estimado em 364.535,50 Euros (Trezentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e trinta e cinco euros e cinquenta cêntimos), IVA não incluído, estando o mesmo inscrito no Plano Plurianual de Investimento da Autarquia no objectivo, 3.2.2 - MC/07010401/0107/2006/48. -----

Assim e face ao descrito propõe-se: -----

a) Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dado a especificidade dos trabalhos; -----

b) Que a modalidade a adoptar seja por série de preços, uma vez que se pretende que a remuneração ao empreiteiro seja feita em função do trabalho realizado mensalmente; -----

c) Que de acordo com o definido na alínea a) do ponto 2 do artigo 48º do D.L. 59/99, 2 de Março, o procedimento a adoptar face ao valor base do projecto seja o Concurso Público; -----

d) Que o valor base para a empreitada seja fixado em 364.535,50 Euros; -----

e) Que o prazo de execução da empreitada seja de 60 dias; -----

f) A aprovação do Programa de Concurso e Caderno de Encargos, em anexo; -----

g) A aprovação do projecto de execução, em anexo. -----

h) A aprovação do plano de segurança e saúde, em anexo. -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, de acordo com o nº 1 do artigo 71 da Lei 169/99, 18 de Setembro. -----

Divisão de Empreitadas, 01 de Julho de 2008. -----  
**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T. F. CARNEIRO, DE 14/07/2008.** -  
 Visto. Concorde com o proposto. À consideração do Sr.Vice Presidente. -----  
**DESPACHO DO VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 14.07.08.** -----  
 A Reunião de Câmara. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

**1.6. RODOVIA DE ACESSO PRIORITÁRIO - A24/HOSPITAL - LANÇO 1 (TROÇOS 1 E 2). PROCEDIMENTO CONCURSAL TENDENTE À ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA.** -----

Foi presente a informação nº179/DE/2008, da Chefe de Divisão, Engª Amélia Rodrigues, identificada em epigrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra para todos os efeitos legais. -----  
 Vem a Divisão de Empreitadas apresentar o projecto de execução da obra "Rodovia de Acesso Prioritário - A24/Hospital - Lanço 1 (Troços 1 e 2)", com o intuito de se dar início ao procedimento concursal tendente à sua adjudicação. -----

O projecto de execução em referência, elaborado pela empresa Norvia, refere-se ao "Rodovia de Acesso Prioritário - A24/Hospital - Lanço 1 (Troços 1 e 2)". Prevê-se a execução uma praça de grande dimensão na ligação ao IP3, promovendo a ligação com a Rua Fonte do Leite. Esta praça engloba uma ampla zona verde e termina numa nova rotunda em forma elipsoidal que faz a articulação dos movimentos de entrada e saída com o nó do IP3. Os lanços a executar, permitirão a ligação do IP3 ao centro de Saúde e ao Hospital. O presente projecto engloba os trabalhos referentes às especialidades de terraplanagens, infra-estruturas hidráulicas, drenagem de águas pluviais, pavimentação, sinalização e segurança, obras acessórias incluindo integração paisagística, Infra-estruturas de electricidade e telecomunicações.-  
 É ainda de referir, que o presente projecto, possui aprovação das diversas entidades externas, nomeadamente EDP - Distribuição de Energia, S.A., e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. -----

O valor base do orçamento dos trabalhos em causa, está estimado em € 3.579.340,82 (Três milhões, quinhentos e setenta e nove mil, trezentos e quarenta euros e oitenta e dois centimos), IVA não incluído, estando o mesmo inscrito no Plano Plurianual de Investimento da Autarquia no objectivo 3.3.1. MC/07010401/0827/2007/7. -----

Assim e face ao descrito propõe-se: -----

- i) Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dado a especificidade dos trabalhos; -----
- j) Como se pretende que a remuneração ao empreiteiro seja em função do trabalho realizado mensalmente, propõe-se que a modalidade a adoptar seja por série de preços; -----
- k) Que de acordo com o definido na alínea a) do ponto 2 do artigo 48º do D. L. 59/99, 2 de Março, o procedimento a adoptar face ao valor base seja o Concurso Público; -----
- l) Que o valor base para a empreitada seja fixado em 3.579.340,82 Euros; -----

e) Que o prazo da empreitada seja de 365 dias; -----  
 f) A aprovação do Projecto de Execução, em anexo. -----  
 g) A aprovação do Programa de Concurso e Caderno de Encargos, em anexo; -----  
 h) A aprovação do plano de segurança e saúde, em anexo. -----  
 A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, de acordo com o nº 1 do artigo 71 da Lei 169/99, 18 de Setembro. -----  
 Divisão de Empreitadas, 14 de Julho de 2008. -----  
**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T. F. CARNEIRO, DE 14/07/2008. -**  
 Visto. Concorde com o proposto. À consideração do Sr.Vice Presidente. -----  
**DESPACHO DO VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 14.07.08. -----**  
 A Reunião de Câmara. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

#### **1.7. ARQUIVO MUNICIPAL DE CHAVES - ADITAMENTO. -----**

Foi presente a informação nº180/DE/2008, da Chefe de Divisão, Engª Amélia Rodrigues, identificada em epigrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra para todos os efeitos legais. -----  
 Vem a Divisão de Empreitadas apresentar o projecto de alterações da obra "Arquivo Municipal de Chaves - Aditamento", com o intuito de se dar início ao procedimento concursal tendente à sua adjudicação. ---  
 O projecto em referência, surgiu na sequência dos condicionalismos impostos pelo IGESPAR, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico, devido à descoberta dos achados arqueológicos de elevado valor patrimonial, que na opinião da entidade referida, não podem ser desmontados, tendo sido proposto a sua musealização ou conservação. -----  
 Surge então a necessidade de reformular o projecto de execução. Os trabalhos preconizados nesta reformulação, dizem respeito ao corpo do depósito, nomeadamente: estudos arqueológicos, estrutura de betão armado, revestimentos exteriores e drenagem de águas pluviais. ----  
 O valor base do orçamento deste projecto está estimado em 124.487,52 Euros, IVA não incluído, estando o mesmo inscrito no Plano Plurianual de Investimentos da Autarquia no objectivo 1.1.1. -  
 MC/070 10 307/0102/2006/2. -----  
 Assim, e face ao descrito propõe-se: -----  
 a) A aprovação do Projecto de Execução, em anexo. -----  
 b) Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dada a especificidade dos trabalhos; -----  
 c) Que a modalidade a adoptar seja por série de preços, uma vez que se pretende que a remuneração ao empreiteiro seja feita em função do trabalho realizado mensalmente; -----  
 d) Que o valor base para a empreitada seja fixado em 124.487,52 Euros, devendo por isso ser adoptado como procedimento prévio à contratação o Concurso Limitado sem Publicação de Anúncio; -----  
 e) A abertura do mesmo, de acordo com o definido na alínea b) do ponto 2, do artigo 48º do D. L. 59/99 de 2 de Março, com consulta às seguintes empresas: -----  
 ✓ Vitorino Queirós - Construções, Lda. -----

✓ Estêvão Vinhais Chaves, Unipessoal, Lda. -----  
 ✓ Sá Machado & Filhos; -----  
 ✓ Eulacorte, Lda.; -----  
 ✓ Santana & C<sup>a</sup>. S.A. -----  
 f) Que o prazo de execução da empreitada, seja fixado em 60 dias; ---  
 g) A aprovação do Programa de Concurso e Caderno de Encargos, em anexo; -----  
 h) A aprovação do Plano de Segurança e Saúde, em anexo. -----  
 A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, de acordo com o n.º 1 do artigo 71 da Lei 169/99, 18 de Setembro. -----  
 Divisão de Empreitadas, 14 de Julho de 2008. -----  
**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENG.º JOSÉ ANTÓNIO T. F. CARNEIRO, DE 14/07/2008. -**  
 Visto. Concorde com o proposto. À consideração do Sr. Vice Presidente. -----  
**DESPACHO DO VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 14.07.08. -----**  
 A Reunião de Câmara. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

## 2- SANEAMENTO E SALUBRIDADE

### 2.1. REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DE VILA FRADE. - AUTO DE MEDIÇÃO N.º11/DE/2008. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição n.º11/DE/2008, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Sincof, Sociedade Ind. de Const. Flaviense, Lda, no valor de 5.790,00 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENG.º JOSÉ ANTÓNIO T. F. CARNEIRO, DE 14/07/2008. -**  
 Visto. -----

**DESPACHO DO VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 14.07.08. -----**

A Reunião de Câmara. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de € 5.790,00 (Cinco mil, setecentos e noventa euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

## 3- HIGIENE PÚBLICA

### 4- CEMITÉRIOS

### 5- PROTECÇÃO CIVIL

### 6- DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO

### 7- COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES

8- DEFESA DO MEIO AMBIENTE

9- CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES

10- SEGURANÇA PÚBLICA

11- ILUMINAÇÃO PÚBLICA

12- TERMAS

13- ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

## VIII EXPROPRIAÇÕES

**1. OBRA: "INFRA ESTRUTURAS DA RUA DO PEDRETE - CASAS DOS MONTES -", CHAVES. - RECTIFICAÇÃO DA RESOLUÇÃO DE EXPROPRIAR A PARCELA DE TERRENO NECESSÁRIA À EXECUÇÃO DESTA OBRA. - PROPRIETÁRIOS: MARIA IRENE PEIXOTO MOURÃO E JÚLIO MARTINS JORGE. PROPOSTA Nº 66/GAPV/08.-**

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

### **I - ANTECEDENTES E JUSTIFICAÇÃO -----**

**1** - Ao abrigo da competência que lhe está legalmente confiada pela alínea c), do nº 7, do artigo 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5 - A/2002 de 11 de Janeiro, o executivo camarário em sua reunião ordinária realizada no passado dia 08 de Maio de 2008, deliberou propor a "Declaração de Utilidade Pública" (DUP), para efeitos de expropriação, de uma parcela de terreno indispensável à concretização da obra pública **"Infra-estruturas da Rua do Pedrete - Casas dos Montes"**; -----

**2** - Durante os trabalhos preparatórios de execução da obra, designadamente aquando da implantação, constatou-se que a área deliberada para expropriação seria insuficiente para a boa execução técnica da obra, repercutindo-se numa necessária alteração ao respectivo mapa de expropriação; -----

**3** - Neste contexto, deverá ser rectificado o mapa com a identificação da parcela a expropriar e que instruiu a Proposta Nº 38/GAPV/08, sobre a qual o executivo camarário deliberou requerer a declaração de utilidade pública da expropriação, relativamente à área da parcela a expropriar, bem como ao respectivo encargo, nos termos do relatório de avaliação prévia elaborado, previsto no nº4, do Artigo 10º do Código das Expropriações, para efeitos do disposto no nº1 daquele preceito legal. -----

### **II - Da Proposta em Sentido Estrito. -----**

Considerando que, nos termos do disposto na alínea c), do nº 7, do artigo nº. 64, da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Câmara Municipal, órgão executivo da Autarquia, propor, nos termos da lei, a declaração de utilidade pública, para efeitos de expropriação, não sendo, tal competência, susceptível de delegação no Presidente da Câmara. -----

Assim, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário que adopte deliberação no sentido de: -----

a) Ao abrigo do disposto no Artigo 10º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei nº. 168/99, de 18 de Setembro, seja rectificada a deliberação de 08 de Maio de 2008, que determinou a resolução de expropriar enquanto acto preparatório indispensável à obtenção da declaração de utilidade pública, com vista à expropriação de uma parcela de terreno necessária à execução da obra denominada "**Infra-estruturas da Rua do Pedrete - Casas dos Montes**", anexando-se, para o efeito, novo "Mapa de Expropriações", devidamente rectificado, no que respeita à identificação da área da parcela a expropriar, bem como os respectivos encargos; -----

b) Seguidamente, caso a presente proposta venha a merecer acolhimento por parte do Executivo Camarário, deverá o Presidente da Câmara, em sede de execução de tal decisão, notificar os interessados e propor a sua aquisição pela via do direito privado, ficando desde já, legitimado a outorgar o respectivo contrato, caso a proposta seja aceite. -----

Chaves, 14 de Julho de 2008. -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----  
(Dr. João Batista) -----

**Em Anexo:** -----

- 1 mapa com identificação da parcela e encargos previstos. -----

- Planta de localização à Esc: 1:500. -----

- Informação nº3/CAPM/08. -----

**DELIBERAÇÃO:** Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

**2. ACORDO SUBJACENTE À TRANSACÇÃO NO PROCESSO Nº 1217/06.0TBCHV - 1º JUÍZO DO TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE CHAVES, REFERENTE À INDEMNIZAÇÃO AUTÓNOMA PELA EXPROPRIAÇÃO DA PARCELA Nº1, DO PROCESSO EXPROPRIATIVO PARA EXECUÇÃO DA OBRA "REABILITAÇÃO DA MURALHA DO BALUARTE DO CAVALEIRO EM CHAVES". INTERESSADOS: FERNANDO MARTINS DELGADO E CÔNJUGE. PROPOSTA Nº 67/GAPV/08. -----**

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**I - ANTECEDENTES** -----

**1.** O executivo camarário tomou resolução de requerer a declaração de utilidade pública - DUP -, para efeitos de expropriação, das parcelas de terreno indispensáveis à concretização da obra pública "**Reabilitação da Muralha do Baluarte do Cavaleiro em Chaves**", por deliberação do passado dia 17 de Maio de 2004. -----

**2.** A Câmara Municipal de Chaves, por despacho do Sr. Secretário de Estado da Administração Local, de 25 de Maio de 2005, obteve a declaração de utilidade pública (DUP) e autorização de posse administrativa nº147/2005, publicada no Diário da República, II Série de 28 de Junho de 2005, das parcelas de terreno necessárias à execução da obra pública acima identificada, entre as quais se encontra a parcela nº1, com a área de 1 230,60m<sup>2</sup>, correspondente ao logradouro a desanexar do prédio urbano inscrito na matriz predial da extinta freguesia de Chaves com o Artigo 2040º e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o nº484, em que foi identificado como interessado na expropriação o arrendatário Fernando Martins Delgado, de acordo com os elementos registrais, matriciais e contrato de arrendamento, à data disponíveis. -----

**3.** Foi formulada ao arrendatário, em sede de expropriação amigável, uma proposta de indemnização autónoma, que o mesmo rejeitou,

apresentando uma contraproposta que, por sua vez, foi rejeitada pelo executivo camarário em sua reunião realizada no dia 01 de Agosto de 2005, em conformidade com o disposto no nº3 do Artigo 35º, 38º e seguintes do Código de Expropriações. De seguida, a autarquia promoveu a competente arbitragem, dando, assim, início à expropriação litigiosa. -----

4. Face ao valor fixado no acórdão arbitral - €24 197,00 -, não tendo sido possível obter acordo amigável para a indemnização autónoma decorrente da expropriação da referida parcela, o respectivo processo administrativo foi enviado ao Tribunal Judicial de Chaves, tendo-lhe sido atribuído o nº 1217/06.0TBCHV - 1º Juízo, a fim de ser fixada a indemnização, sendo certo que o Município recorreu de tal valor. -----

5. Entretanto, em sede de expropriação litigiosa, foi dado andamento aos procedimentos judiciais, bem como às peritagens respectivas e, neste contexto, vieram os interessados, Fernando Martins Delgado e mulher, contactar os serviços municipais respectivos, manifestando a sua vontade em por fim à expropriação litigiosa. -----

## **II - JUSTIFICAÇÃO** -----

1. Previamente ao envio do referido processo nº 1217/06.0TBCHV - 1º Juízo, ao Tribunal Judicial de Chaves, foi efectuado o depósito referente à diferença do montante da avaliação prévia, fixado pelo respectivo perito em €241,25, para o montante indemnizatório fixado no acórdão arbitral, que os respectivos árbitros fixaram em €24 197,00. -----

2. No âmbito da expropriação litigiosa o Município apresentou recurso, no Tribunal Judicial desta Comarca, do montante fixado no acórdão arbitral - €24 197,00 -, indicando como valor justo da indemnização autónoma por caducidade do arrendamento na expropriação da referida parcela, o montante de €1 748,80, caso se considere o terreno como agrícola ou €2 852,50, caso se classifique a parcela como logradouro urbano. -----

3. É neste quadro, e na precedência dos recursos e das peritagens junto do referido Tribunal, que os aludidos expropriados vieram junto deste Município manifestar interesse em colocar fim à expropriação litigiosa, por transacção no aludido processo, nos termos que abaixo se indicam. -----

4. Auscultado o consultor jurídico da Autarquia, Dr. Vítor Brás, este mostrou-se favorável à obtenção de um acordo entre as partes, que ponha termo ao litígio, e que poderá ser alcançado mediante transacção a decorrer perante o respectivo juiz, encarregue do supra identificado processo, uma vez que a via litigiosa só foi seguida face às disparidades de valores apontados para a indemnização e, ainda, porque quer os recursos quer as arbitragens são bastante onerosos, para ambas as partes. -----

5. Perante isto, foi realizada uma reunião, onde foram "ensaiados" os termos para por fim ao processo de expropriação litigiosa, e que poderá servir para fundamento de transacção no Processo nº1217/06.0TBCHV - 1º Juízo, tendo-se avançado para acordo com o montante indemnizatório inicialmente proposto em sede de expropriação amigável, ou seja, €530,00, e pagamento das custas por conta da entidade expropriante, com desistência do recurso subordinado. -----

6. Paralelamente, em sede de procedimento administrativo e como condição subjacente à transacção, este município disponibilizará, a título oneroso, dois imóveis, pertença da autarquia e situados na

Ilha do Cavaleiro, nas imediações da parcela expropriada, onde a família dos expropriados possa continuar a exercer a sua actividade na área da cozinha tradicional, com produção e venda de produtos de fumeiro, considerando-se tal acordo equilibrado, quer para a entidade expropriante, quer para os expropriados. -----

### **III - PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----**

Em coerência com as razões anteriormente enunciadas, e nos termos do disposto sobre a matéria na alínea c), do nº7, do Artigo 64, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e no nº3 do Artigo 67º do Código das Expropriações - C.E. -, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário, a aprovação da presente proposta, consubstanciada no seguinte: -----

**a)** Que o montante indemnizatório, nos termos da transacção em causa, seja fixado em €530,00, em conformidade com as pré-diligências acordadas, desistindo a autarquia do recurso subordinado e suportando o pagamento das custas judiciais; -----

**b)** Que a autarquia, na qualidade de proprietária dos imóveis situados na Ilha do Cavaleiro, inscritos na matriz predial urbana da extinta freguesia de Chaves com os Artigos 306º e 2187º, descritos na Conservatória do Registo Predial de Chaves com os números 480 e 485, actualmente em avançado estado de degradação, ceda, para recuperação urbanística e mediante contrato de arrendamento, os aludidos imóveis a fim de aí ser instalada uma cozinha tradicional pelos expropriados Fernando Martins Delgado e mulher Alice Santos, bem como pela sua filha Maria Fernanda dos Santos Delgado Monteiro, que já geria e participava no negócio familiar de produção de fumeiro que vinha a funcionar na parcela expropriada; -----

**c)** Que as obras de recuperação urbanística, a executar na área demarcada na planta em anexo, sejam promovidas pela autarquia ao abrigo da alínea a) do Artigo 7º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro e posteriores alterações, sendo, também da sua responsabilidade a elaboração do projecto de arquitectura, bem como a instrução do processo de licenciamento da cozinha tradicional de fumeiro e do bar-restaurant; -----

**d)** Que a empreitada de construção civil, orçamentada em €93 906,00, e a elaboração dos projectos de especialidades fiquem a cargo dos expropriados, tendo os mesmos dois anos para concluírem as referidas obras, após a homologação da transacção no processo judicial supra referido; -----

**e)** Que seja celebrado um contrato de arrendamento para fins não habitacionais, tendo por objecto os aludido imóveis, pelo período de 15 anos, para efeitos do disposto no Artigo 1110º do Código Civil, na redacção dada pela Lei 6/2006, de 27 de Fevereiro - Novo Regime do Arrendamento Urbano -, sendo no fim de tal período, o referido contrato, renovado por mais 5 anos, começando a produzir os seus efeitos após as entidades competentes considerarem o edifício apto a possuir autorização de utilização; -----

**f)** Que as rendas devidas durante o período de arrendamento inicial, no valor mensal de €521,70, correspondam a um período de carência, por forma a recuperar o investimento inicial realizado na recuperação dos imóveis, não havendo durante esse período lugar ao seu pagamento, havendo lugar à sua actualização aquando da renovação do contrato; -----



g) Que as obras realizadas fiquem a fazer parte integrante dos prédios arrendados, sem direito a qualquer indemnização no término do contrato de arrendamento; -----

h) No caso de decisão favorável, dever-se-á remeter a presente proposta ao consultor jurídico da autarquia, Dr. Vítor Brás, para que realize as diligências necessárias, a fim de por cobro à expropriação litigiosa, bem como ser notificada a decisão aos expropriados nos termos do Artigo 66º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo. -----

Chaves, 14 de Julho de 2008. -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----  
(Dr. João Batista) -----

Em anexo: Planta com a demarcação da área a arrendar e orçamento. --

**DELIBERAÇÃO:** Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

## IX

### DIVISÃO DE ABASTECIMENTO PÚBLICO

## X

### DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

## XI

### FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

## XII

### EMPRESAS MUNICIPAIS

## XIII

### ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

#### 1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

#### 2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

##### 2.1. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO. INFORMAÇÃO N.º 07/DGFEP/SP/08. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

A Divisão de Abastecimento Público, remeteu para este sector, exposição apresentada pela D. Maria Inês Pereira Dias, na qual responsabiliza o Município, pelos danos causados na sua viatura 30-CL-60, provocados pelo embate numa tampa de saneamento que se encontrava descravada, na Av. do Tâmega. -----

Feitas as diligências necessárias pela Divisão responsável, foram apurados prejuízos, pelos quais o Município é responsável, no valor 348.48€ (trezentos e quarenta e oito euros e quarenta e oito cêntimos). -----

Contudo, dado o contrato de Responsabilidade Civil, aplicada uma franquia de 1000€ (mil euros), e sendo o valor inferior à mesma, deverá o Município liquidar directamente ao lesado o valor de 348.48€ (trezentos e quarenta e oito euros e quarenta e oito cêntimos). -----

À consideração superior. -----

Chaves, 4 de Julho de 2008 -----

A Funcionária -----

Carla Granjo -----

(Em anexo, respectivo processo) -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2008.07.14.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior. -----

**DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DR. JOÃO BATISTA DE 2008.07.14.** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## **2.2. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO. INFORMAÇÃO N.º 08/DGFEP/SP/08.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

A Divisão de Abastecimento de Público, remeteu para este sector, exposição apresentada pelo Sr. Jacinto da Cruz dos Santos Batista, na qual responsabiliza o Município, pelos danos causados na sua viatura Citroen 71-BJ-84, provocados pelo embate numa tampa de saneamento que se encontrava descravada na Av. do Tâmega. -----

Na sequência da exposição apresentada, e posterior confirmação da Divisão responsável, foram considerados prejuízos no valor de 296.14€ (duzentos e noventa e seis euros e catorze cêntimos). -----

Como o sinistro não se enquadra nas coberturas contratuais da Apólice de Responsabilidade Civil, dado o valor da franquia 1000€ (mil euros), o Município deverá liquidar directamente ao lesado, o valor de 296.14€ (duzentos e noventa e seis euros e catorze cêntimos). -----

À consideração superior. -----

Chaves, 4 de Julho de 2008 -----

A Funcionária -----

Carla Granjo -----

(Em anexo, respectivo processo) -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2008.07.14.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior. -----

**DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DR. JOÃO BATISTA DE 2008.07.14.** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**2.3. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO. INFORMAÇÃO N.º 09/DGFEP/SP/08. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

A Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, remeteu para este sector, exposição apresentada pela D. Helena Maria Alves Vinhais, na qual responsabiliza o Município, pelos danos causados na sua viatura Renault 28-51-EI, pela projecção de uma pedra da máquina de cortar relva. -----

Na sequência da exposição apresentada, e posterior confirmação da Divisão responsável, foram considerados prejuízos no valor de 86,15€ (oitenta e seis euros e quinze cêntimos). -----

Como o valor é inferior à franquia, o Município deverá assumir o valor e pagar directamente ao lesado. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 9 de Julho de 2008 -----

A Funcionária -----

Carla Granjo -----

(Em anexo, respectivo processo) -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2008.07.14. -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior. -----

**DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DR. JOÃO BATISTA DE 2008.07.14. -----**

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

#### XIV DIVERSOS

**1. REQUERIMENTO EM NOME DO SR. FERNANDO ANTÓNIO FONTES DELGADO. INFORMAÇÃO N.º 44/DASU/GTF/2008. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 10469/08, datado de 01-07-2008, em nome Sr. Fernando António Fontes Delgado, contribuinte n.º 116025301, a qual solicita a autorização para o lançamento de fogo de artifício no Largo de São Martinho, povoação de Tronco, freguesia de Tronco deste concelho. -----

O fogo de artifício será lançado no seguinte horário: -----

Dia 25/07/2008 -----

■ 22:00 - 22:30 h -----

Dia 26/07/2008 -----

■ 22:00 - 22:30 h -----

**Legislação em vigor -----**

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1 e 2 do artigo 29.º do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, os quais se enumeram: -----

- 1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes. -----  
 2 - Em todos os espaços rurais, durante o período crítico, a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita a autorização prévia da respectiva Câmara Municipal. -----  
 3 - O período crítico, no ano de 2008, vigora de 1 de Julho a 15 de Outubro (Portaria 556/2008 de 30 de Junho). -----

**Parecer** -----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços Municipais, informa-se -----

1. O local de lançamento do fogo insere-se na classe 4 - espaços agrícolas e florestais, na categoria 4.2 - espaços agrícolas, subcategoria 4.2.A -Espaços Agrícolas Defendidos (RAN) (ver anexo); ---  
 2. O fogo de artifício e/ou foguetes requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnicos, tecnicamente habilitado para este fim, com a credencial n.º 4953, conforme declara a firma "Pirotecnia Tralhariz" (Declaração e credencial anexo ao presente requerimento); -----  
 3. A zona de lançamento do fogo de artifício encontra-se com baixa carga combustível (lameiro ceifado) apresentando, na actualidade, elevada verdura e teor de humidade conferindo-lhe baixo risco de incêndio (fotos em anexo); -----  
 4. A zona envolvente caracteriza-se: -----  
 ■ Zona Nordeste a Sudoeste - Superfície isenta de vegetação (lameiros); -----  
 ■ Zona Sudoeste a Noroeste - Área agrícola com vegetação herbácea de reduzido/médio porte; -----  
 ■ Zona Noroeste a Nordeste - Área cimentada. -----  
 5. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto). -----

Face à legislação em vigor e ao exposto anteriormente sou a propor que seja concedida a autorização do lançamento do fogo de artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de festas assegurar o cumprimento das condições que se enumeram: -----

1. Remoção total da vegetação herbácea e arbustiva numa faixa exterior de protecção de largura mínima não inferior a 50 metros; --  
 2. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congéneres); -----  
 3. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa; ----  
 4. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança, de forma a garantir a não ignição de fogos em espaços florestais. -----

À consideração Superior -----

Chaves, 11 de Julho de 2008 -----

O Técnico Superior -----

(Eng.º Sílvio José Sevivas Silva) -----

**Anexo:** -----

■ Extracto da planta de ordenamento n.º 35 A do plano Director Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação; -----

■ Requerimento referido na informação supra; -----

■ Declaração da firma "Pirotecnia Tralhariz"; -----

■ Credencial da firma "Pirotecnia Tralhariz"; -----

■ Fotos do local de lançamento do fogo de artifício e áreas envolventes; -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T. F. CARNEIRO, DE 11/07/2008.-**

Concordo com o proposto. À consideração do Sr. Vereador Responsável.-----

**DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, ARQ. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2008/07/14. -----**

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## **2. REQUERIMENTO EM NOME DO SR. TERESA SOFIA RODRIGUES TOMÁS. INFORMAÇÃO N.º 45/DASU/GTF/2008. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 10677/08, datado de 04-07-2008, em nome Sr. Teresa Sofia Rodrigues Tomás, contribuinte n.º 240447174, a qual solicita a autorização para o lançamento de fogo de artifício no Largo da Aldeia, povoação de Dadim, freguesia de Cimo de Vila da Castanheira, deste concelho. -----

O fogo de artifício será lançado no seguinte horário: -----

Dia 11/08/2008 -----

■ 00:00 - 00:30 h -----

Dia 11/08/2008 -----

■ 23:30 - 00:00 h -----

**Legislação em vigor -----**

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1 e 2 do artigo 29 º do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, os quais se enumeram: -----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes. -----

2 - Em todos os espaços rurais, durante o período crítico, a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita a autorização prévia da respectiva Câmara Municipal. -----

3 - O período crítico, no ano de 2008, vigora de 1 de Julho a 15 de Outubro (Portaria 556/2008 de 30 de Junho). -----

**Parecer -----**

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços Municipais, informa-se -----

**1.** O local de lançamento do fogo insere-se na classe 4 - espaços agrícolas e florestais, na categoria 4.3.A - espaços agro-florestais comuns (ver anexo);

**2.** O fogo de artifício e/ou foguetes requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por

técnicos, tecnicamente habilitado para este fim, com a credencial n.º 4952, conforme declara a firma "Pirotecnia Tralhariz" (Declaração e credencial anexo ao presente requerimento); -----

3. A zona de lançamento do fogo de artifício encontra-se com baixa carga combustível apresentando, na actualidade, conferindo-lhe moderado risco de incêndio (fotos em anexo); -----

4. A zona envolvente caracteriza-se: -----

■ Zona Noroeste a Nordeste - Superfície isenta de vegetação (pavimento do recinto da festa); -----

■ Zona Nordeste a Sudeste - Área com vegetação herbácea de reduzido/médio porte (lameiros); -----

■ Zona Sudeste a Sudoeste - Área com vegetação herbácea de reduzido porte (lameiros); -----

■ Zona Sudoeste a Noroeste - Área com vegetação herbácea de reduzido/médio porte (lameiros) e mais distante área de cereal; ----

5. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto). -----

Face à legislação em vigor e ao exposto anteriormente sou a propor que seja concedida a autorização do lançamento do fogo de artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de festas assegurar o cumprimento das condições que se enumeram: -----

1. Remoção total da vegetação herbácea e arbustiva na área onde será lançado o fogo de artifício e numa faixa exterior de protecção de largura mínima não inferior a 50 metros; -----

2. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congéneres); -----

3. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa; -----

4. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança, de forma a garantir a não ignição de fogos em espaços florestais. -----

À consideração Superior -----

Chaves, 11 de Julho de 2008 -----

O Técnico Superior -----

(Eng.º Sílvio José Sevivas Silva) -----

Anexo: -----

■ Extracto da planta de ordenamento n.º 35 A do plano Director Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação; -----

■ Requerimento referido na informação supra; -----

■ Declaração da firma "Pirotecnia Tralhariz"; -----

■ Credencial da firma "Pirotecnia Tralhariz"; -----

■ Fotos do local de lançamento do fogo de artifício e áreas envolventes; -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENG.º JOSÉ ANTÓNIO T. F. CARNEIRO, DE 11/07/2008.-**

Concordo com o proposto. À consideração do Sr. Vereador Responsável.-----

**DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, ARQ. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2008/07/14. -----**

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3. REQUERIMENTO EM NOME DO SR. ARISTIDES REIGADA DOS SANTOS. INFORMAÇÃO N.º 46/DASU/GTF/2008.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 10471/08, datado de 01-07-2008, em nome do Sr. Aristides Reigada dos Santo, contribuinte n.º 184787513, a qual solicita a autorização para o lançamento de fogo de artifício no Largo da Capela-Santardão, povoação de Roriz, freguesia de Roriz, deste concelho. -----

O fogo de artifício será lançado no seguinte horário: -----

Dia 03/08/2008 -----

■ 11:00 - 11:15 h -----

Dia 04/08/2008 -----

■ 00:30 - 02:00 h -----

**Legislação em vigor** -----

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1 e 2 do artigo 29.º do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, os quais se enumeram: -----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes. -----

2 - Em todos os espaços rurais, durante o período crítico, a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita a autorização prévia da respectiva Câmara Municipal. -----

3 - O período crítico, no ano de 2008, vigora de 1 de Julho a 15 de Outubro (Portaria 556/2008 de 30 de Junho). -----

**Parecer** -----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços Municipais, informa-se -----

1. O local de lançamento do fogo insere-se na classe 4 - espaços agrícolas e florestais, na categoria 4.3.A - espaços agro-florestais comuns (ver anexo); -----

2. O fogo de artifício e/ou foguetes requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnicos, tecnicamente habilitado para este fim, com a credencial n.º 4952, conforme declara a firma "Pirotecnia Tralhariz" (Declaração e credencial anexo ao presente requerimento); -----

3. A zona de lançamento do fogo de artifício encontra-se com baixa carga combustível apresentando, na actualidade, baixo risco de incêndio (fotos em anexo); -----

4. A zona envolvente caracteriza-se: -----

■ Zona Noroeste a Nordeste - Superfície isenta de vegetação (Solo Urbano); -----

■ Zona Nordeste a Sudeste - Área com vegetação herbácea de reduzido/médio porte (lameiros e área de cereal); -----

■ Zona Sudeste a Sudoeste - Área com vegetação herbácea de reduzido porte (lameiros) e a cerca de 150 metros área de incultos (matos); -----

■ Zona Sudoeste a Noroeste - Área com vegetação herbácea de reduzido/médio porte (lameiros); -----

5. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto). -----

Face à legislação em vigor e ao exposto anteriormente sou a propor que seja concedida a autorização do lançamento do fogo de artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de festas assegurar o cumprimento das condições que se enumeram: -----

1. Remoção da vegetação herbácea e arbustiva na área onde será lançado o fogo de artifício e numa faixa exterior de protecção de largura mínima não inferior a 50 metros; -----

2. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congêneres); -----

3. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa; -----

4. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança, de forma a garantir a não ignição de fogos em espaços florestais. -----

À consideração Superior -----

Chaves, 11 de Julho de 2008 -----

O Técnico Superior -----

(Eng.º Sílvio José Sevivas Silva) -----

**Anexo:** -----

■ Extracto da planta de ordenamento n.º 35 B do plano Director Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação; -----

■ Requerimento referido na informação supra; -----

■ Declaração da firma "Pirotecnia Tralhariz"; -----

■ Credencial da firma "Pirotecnia Tralhariz"; -----

■ Fotos do local de lançamento do fogo de artifício e áreas envolventes; -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T. F. CARNEIRO, DE 11/07/2008.-**

Concordo com o proposto. À consideração do Sr. Vereador Responsável. -----

**DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, ARQ. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2008/07/14. -----**

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**4. REQUERIMENTO EM NOME DO SR. LICÍNIO RODRIGUES PEREIRA. INFORMAÇÃO N.º 47/DASU/GTF/2008. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 9569 datado de 16-06-2008, em nome do Sr. Licínio Rodrigues Pereir, contribuinte n.º 192406434, a qual solicita a autorização para o lançamento de fogo



de artifício no Lugar Terra da Abessada, povoação de Moreiras, freguesia de Moreiras, deste concelho. -----

O fogo de artifício será lançado no seguinte horário: -----

Dia 15/08/2008 -----

■ 80:00 - 08:10 h -----

■ 12:00 - 12:25 h -----

■ 23:30 - 00:00 h -----

**Legislação em vigor** -----

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1 e 2 do artigo 29.º do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, os quais se enumeram: -----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes.

2 - Em todos os espaços rurais, durante o período crítico, a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita a autorização prévia da respectiva Câmara Municipal. -----

3 - O período crítico, no ano de 2008, vigora de 1 de Julho a 15 de Outubro (Portaria 556/2008 de 30 de Junho). -----

**Parecer** -----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços Municipais, informa-se -----

1. O local de lançamento do fogo insere-se na classe 4 - espaços agrícolas e florestais, na categoria 4.3.A - espaços agro-florestais comuns (ver anexo); -----

2. O fogo de artifício e/ou foguetes requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnicos, tecnicamente habilitado para este fim, com a credencial n.º 4952, conforme declara a firma "Pirotecnia Tralhariz" (Declaração e credencial anexo ao presente requerimento); -----

3. A zona de lançamento do fogo de artifício encontra-se isento de vegetação apresentando, risco de incêndio nulo; -----

4. A zona envolvente caracteriza-se por solo agrícola apresentando, na actualidade risco de incêndio reduzido/nulo (fotos em anexo): ---

5. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto). -----

Face à legislação em vigor e ao exposto anteriormente sou a propor que seja concedida a autorização do lançamento do fogo de artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de festas assegurar o cumprimento das condições que se enumeram: -----

1. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congêneres); -----

2. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa; -----

3. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança, de forma a garantir a não ignição de fogos em espaços florestais. -----

À consideração Superior -----

Chaves, 11 de Julho de 2008 -----

O Técnico Superior -----

(Eng.º Sílvio José Sevivas Silva) -----

**Anexo:** -----

■ Extracto da planta de ordenamento n.º 35 A do plano Director Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação; -----

■ Requerimento referido na informação supra; -----

■ Declaração da firma "Pirotecnia Pontes & Pontes, Lda."; -----

■ Credencial da firma "Pirotecnia Pontes & Pontes, Lda."; -----

■ Fotos do local de lançamento do fogo de artifício e áreas envolventes; -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T. F. CARNEIRO, DE 11/07/2008.-**

Concordo com o proposto. À consideração do Sr. Vereador Responsável.-----

**DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, ARQ. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2008/07/14. -----**

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

#### **5. REQUERIMENTO EM NOME DO SR. JOAQUIM MANUEL DA SILVA MOURA. INFORMAÇÃO N.º 48/DASU/GTF/2008. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 10740/08, datado de 04-07-2008, em nome do Sr. Joaquim Manuel da Silva Moura, contribuinte n.º 158410912, a qual solicita a autorização para o lançamento de fogo de artifício no lugar Estrada de Bustelo - Largo do Cruzeiro, povoação de Bustelo, freguesia de Bustelo, deste concelho. -----

O fogo de artifício será lançado no seguinte horário: -----

Dia 07/08/2008 -----

■ 22:00 às 02:00 h do dia seguinte -----

Dia 09/08/2008 -----

■ 08:00 às 02:00 h do dia seguinte -----

Dia 10/08/2008 -----

■ 08:00 às 02:00 h do dia seguinte -----

#### **Legislação em vigor -----**

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1 e 2 do artigo 29 º do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, os quais se enumeram: -----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes. -----

2 - Em todos os espaços rurais, durante o período crítico, a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita a autorização prévia da respectiva Câmara Municipal. -----

3 - O período crítico, no ano de 2008, vigora de 1 de Julho a 15 de Outubro (Portaria 556/2008 de 30 de Junho). -----

#### **Parecer -----**

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços Municipais, informa-se: -----

1. O local de lançamento do fogo insere-se na classe 4 - espaços agrícolas e florestais, na categoria 4.3.A - espaços agro-florestais comuns (ver anexo); -----

2. O fogo de artifício e/ou foguetes requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnicos, tecnicamente habilitados para este fim, com as credenciais n.º 157, 935 e 2332, conforme declara a firma "Pirotecnia Barquense, Lda" (Declaração e credencial anexo ao presente requerimento); -----

3. A zona de lançamento do fogo de artifício encontra-se com baixa carga combustível apresentando, na actualidade, baixo risco de incêndio (fotos em anexo); -----

4. A zona envolvente caracteriza-se: -----

■ Zona Noroeste a Norte - Superfície isenta de vegetação (Solo Urbano); -----

■ Zona Norte a Sudoeste - Área com vegetação herbácea de reduzido/médio porte (lameiros e área de pousio); -----

■ Zona Sudoeste a Noroeste - Área agrícola. A aproximadamente 180 metros depara-se com uma área de povoamento florestal (Pinhal); ----

5. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto). -----

Face à legislação em vigor e ao exposto anteriormente sou a propor que seja concedida a autorização do lançamento do fogo de artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de festas assegurar o cumprimento das condições que se enumeram: -----

1. Remoção da vegetação herbácea e arbustiva na área onde será lançado o fogo de artifício e numa faixa exterior de protecção de largura mínima não inferior a 50 metros; -----

2. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congéneres); -----

3. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa; -----

4. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança, de forma a garantir a não ignição de fogos em espaços florestais. -----

À consideração Superior -----

Chaves, 11 de Julho de 2008 -----

O Técnico Superior -----

(Eng.º Sílvia José Sevivas Silva) -----

**Anexo:** -----

■ Extracto da planta de ordenamento n.º 35 B do plano Director Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação; -----

■ Requerimento referido na informação supra; -----

■ Declaração da firma "Pirotecnia Barquense, Lda."; -----

■ Credencial da firma "Pirotecnia Barquense, Lda."; -----

■ Fotos do local de lançamento do fogo de artifício e áreas envolventes. -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENG.º JOSÉ ANTÓNIO T. F. CARNEIRO, DE 11/07/2008.-**

Concordo com o proposto. À consideração do Sr. Vereador Responsável.-----

**DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, ARQ. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA  
PENAS DATADO DE 2008/07/14.** -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade,  
concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o  
teor da mesma. Notifique-se. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a acta sob a  
forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 92, da  
Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, com vista  
à sua executoriedade imediata. -----

E nada mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a  
reunião quando eram dez horas e trinta e cinco minutos, para constar  
se lavrou a presente acta, e eu, Paulo Jorge ferreira da Silva,  
redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----

---

  

---